

TERRA DE NINGUÉM

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

A final de quem é a terra? É tudo que famílias que compraram lotes no Condomínio Residencial Buritis querem saber. Desde que se mudaram para o parcelamento irregular, na zona rural de Samambaia, na divisa com a cidade goiana de Santo Antônio do Descoberto, as famílias não conseguiram saber quem realmente é dono da gleba não desapropriada. Na área há uma disputa pela propriedade. Grileiros compraram terras de posseiros, que não têm a titularidade das terras.

A confusão é tanta que os moradores resolveram não pagar mais as prestações dos lotes. Para cobrir a inadiplência, os grileiros triplicaram o preço dos lotes que ainda têm para vender. Precisam de dinheiro para pagar dívida contraída com outros grileiros. Um lote de 250 metros quadrados, vendido em 1996 por R\$ 1.150, está sendo comercializado hoje por R\$ 3.800.

Com o boicote, a situação ficou mais tensa na área. As famílias denunciam que recebem ameaças. “Eles dizem que se eu não pagar vão passar um trator em cima da minha casa”, afirma a dona-de-casa Joana Santos da Silva, de 32 anos. A decisão de deixar de pagar as prestações dos terrenos partiu da Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Buritis. As famílias são pobres e temem ter de pagar pelos lotes novamente.

“Não sabemos se os nossos lotes estão sobre área particular ou do governo. Aqui ninguém tem dinheiro sobrando para entregar na mão de grileiros”, explica a tesoureira da associação, Maria Nazaré dos Santos Ribeiro, 38 anos. A dona-de-casa Maria de Jesus Trindade Silva, de 44 anos, concorda. Ela juntou todas as economias de quando trabalhava como doméstica para comprar um lote. Deu R\$ 350 de entrada e pagou oito prestações de R\$ 100.

“Nós fomos enganados. Disseram que a terra tinha um dono legal

e nos garantiram a escritura depois do lote pago. Eu quitei tudo em 1997 e não recebi nada”, reclama a moradora que mudou-se há três anos para o condomínio. “Aqui é uma confusão danada. No começo pegavam os nossos dez reais de taxa de condomínio para fazer churrasco. Por isso, não temos nenhum serviço aqui. Até a luz é de gambiarra”, revela a moradora.

CAMBALACHO

No Condomínio Residencial Buritis moram 139 famílias. Pessoas pobres, que construíram casas simples, de três ou quatro cômodos. A maioria das construções nem está pronta. Falta reboco, e o piso é de cimento. A água vem de poço artesiano e as ruas não têm asfalto. “Desde que ficou claro que isso aqui era cambalacho, não paguei mais nenhuma prestação”, diz José Afonso da Silva, 48 anos, dono de uma pequena oficina de bicicleta nos fundos do barraco onde mora.

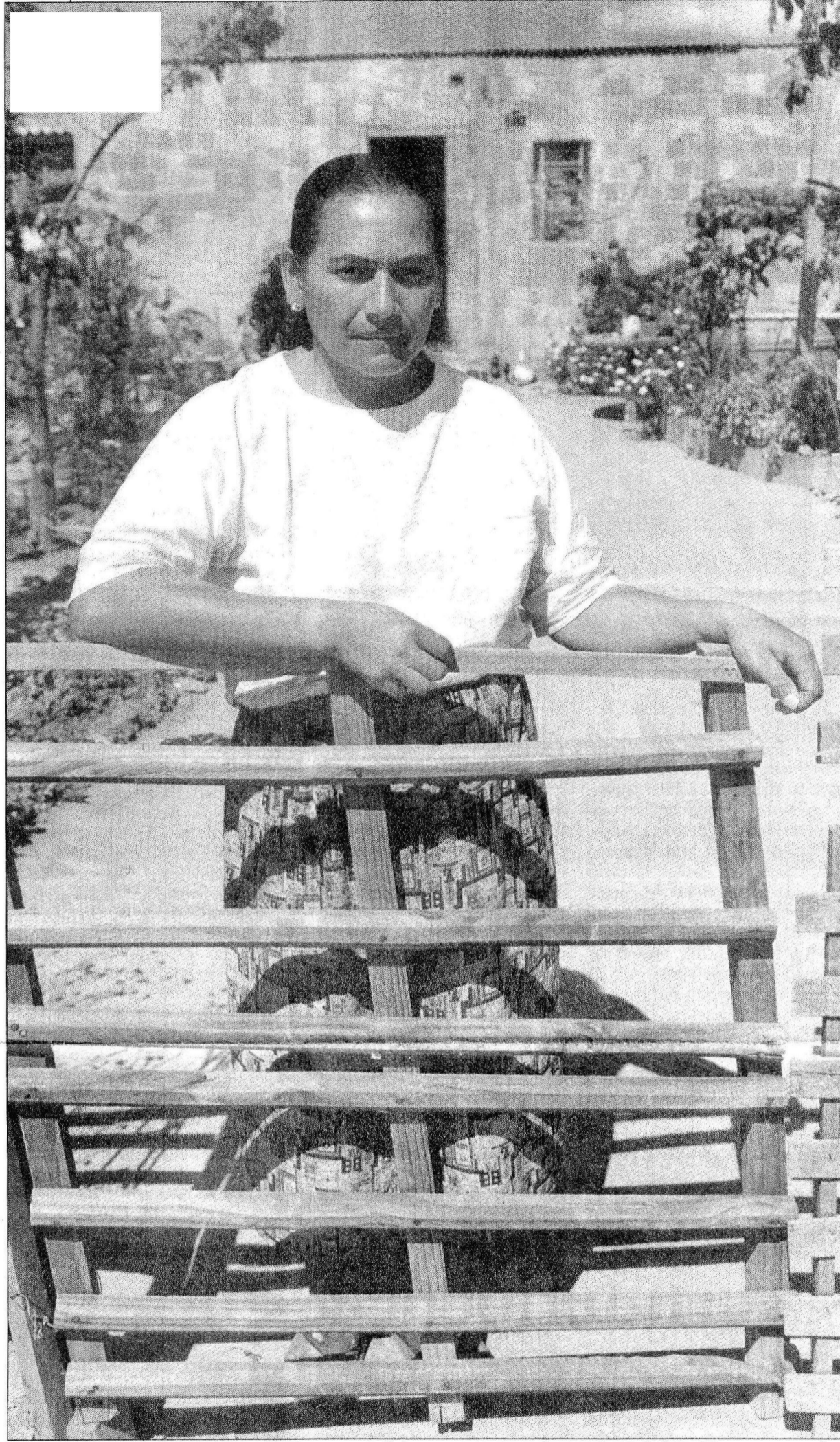
A grilagem na Fazenda Buriti-Tiçã não é novidade para a polícia nem para a Justiça. Três grileiros já foram presos em flagrante por parcelamento irregular do solo. Pagaram fianças e estão soltos. Mas, como continuaram agindo, correm risco de serem novamente na cadeia. A grilagem na área começou em 1996, aproveitando sua complexidade fundiária.

Apenas metade da fazenda de 337,7 hectares foi desapropriada pela Novacap em 1962. Essa terra pertence hoje à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). Os demais 50% pertenceriam a particulares. Só que até agora, os proprietários não foram identificados. “Há problema sério ali de deslocamento de títulos”, afirma o promotor de Defesa da Ordem Urbanística, Wilton Queiroz.

Aproveitando essa brecha, os grileiros entraram em ação. Tentaram provar que as terras, onde está o condomínio Residencial Buritis, pertenceriam aos herdeiros de Salomão Abdon Elias, conforme inventário da 1ª Vara de Família de Taguatinga. Parte da gleba teria sido vendida ao economista Pedro Xavier de Jesus, de 44 anos. A prova seria uma escritura de direito hereditário e uma certidão vintenária, que comprovaria a cadeia dominial por um período de 40 anos.

Pedro Xavier, por sua vez, vendeu as terras à Associação dos Moradores e Proprietários do Residencial Buritis (Ampreb) e ao ex-sócio, Gilson de Oliveira Leal. Ficou apenas com um lote, de quatro mil metros quadrados. O economista ficou preso dois dias em 1997, acusado de parcelamento irregular. Ele afirma que foi vítima. “Não sabia que a

Paulo de Araújo



Maria de Jesus Trindade Silva quitou a dívida com os grileiros e esperava receber escritura do lote: “Fomos enganados”

Ampreb ia fazer um loteamento nas terras e o Gilson me enganou. Tinha planos de fazer um condomínio, mas dentro da legalidade. E ele co-

meçou a vender lotes, sem minha autorização.”

Foi quando nasceram os condomínios Dom Pedro e Residencial

Buritis. Gilson respondeu a inquéritos policiais na Delegacia Especial do Meio Ambiente (Dema) por ter parcelado ainda três condomí-

nios: Guarapari, São Francisco e Flamboyant. Todos na mesma região. Em 17 de janeiro de 1997 foi preso, mas conseguiu o alvará de soltura no mesmo dia. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios requereu à Justiça a prisão preventiva dele.

ANÚNCIO EM JORNAL

Além do parcelamento irregular do solo, Gilson publicou no jornal *O Imparcial*, de Santo Antônio do Descoberto, em 30 de março deste ano, anúncio no qual afirma ser “representante legal junto ao Ministério Público”. O objetivo foi intimidar compradores de lotes no Condomínio São Francisco. Caso não pagassem as prestações atrasadas, poderia ter o contrato de compra e venda cancelado. “Isso é muito grave. Ele fica manipulando a comunidade. O Gilson não fez concurso público para ser promotor de Justiça”, diz o promotor Wilton Queiroz.

Parte da terra — 12,5 hectares — repassada à Ampreb foi vendida por um grupo de quatro falsos corretores de imóveis, que vieram de Santo Antônio do Descoberto (GO). O armador na construção civil, Agnaldo Freire Ferreira, de 32 anos, foi um deles. Hoje ele é tesoureiro de outra associação no condomínio, a Associação dos Moradores e Proprietários do Residencial Buritis (Ampreb).

“A gente tinha uma lista de pessoas lá em Santo Antônio do Descoberto que queriam mudar para o Distrito Federal. Conversamos com o Pedro Xavier e ele topou lotear uma área de 39,8 hectares”, conta ele. “Compramos a terra dele, mas a nossa intenção não é ficar rico, mas dar oportunidade aos expulsos de Brasília”, justifica.

Para piorar a situação das famílias lubrificadas pela grilagem, Pedro Xavier entrou na Justiça contra a Ampreb, cobrando uma dívida de R\$ 83,4 mil. Os “quatro proprietários” compraram a terra irregularmente loteada, mas não pagaram. E culpam os moradores inadimplentes por isso. “Se não me pagarem vou pedir a execução judicial. Como a associação não tem bens, não vejo outro saída a não ser a reintegração de posse”, diz Pedro Xavier.

Assustados com tanta confusão, os moradores querem que a Secretaria de Assuntos Fundiários defina logo a questão na terra. “Não pode continuar a venda de lotes, enquanto não sabemos de quem são essas terras”, afirma o síndico do Residencial Buritis, Manoel Sousa Viana. Esta semana, o diretor-geral da Defensoria Pública do Distrito Federal, Hacíb Elias Ticy, visita o condomínio. Quer ver o que pode fazer para socorrer os moradores. “Essas pessoas são pobres. Não têm condições nem de pagar um advogado para defendê-las na Justiça.”



Integrantes de cooperativa montaram acampamento em frente ao Catetinho

Governo negocia com cooperativas

A partir de hoje, a Secretaria de Habitação vai convocar representantes de 37 entidades habitacionais, que são responsáveis por 44 processos em andamento no Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab). A idéia é concluir ou formalizar os convênios que já foram iniciados com os movimentos organizados (associações de moradores, cooperativas, federações ou clubes habitacionais).

O Governo do Distrito Federal vai lançar a sua política habitacional na próxima quinta-feira e quer iniciar as atividades sem pendências. Neste dia, serão informadas as áreas a serem construídas, os

recursos disponíveis e os programas habitacionais que serão desenvolvidos pelo GDF nos próximos anos.

Os manifestantes que na última sexta-feira montaram barracos em frente à entrada para o Catetinho, na DF-003, continuam no local. Ontem pela manhã o clima era menos tenso do que sábado, quando havia cerca de 600 pessoas no local. Liderado por Hildo Evaristo, presidente da Cooperativa dos Dez Anos Excluídos de Moradia no DF (Coop10), o grupo reclama de falta de atenção do governo e deverá ficar no local até o lançamento do programa.

BENEFÍCIOS

Apenas três policiais militares acompanhavam a pequena multidão, de aproximadamente 300 pessoas, que escutava com atenção o discurso de Evaristo em cima de um carro de som. “Nós não queremos que seja exatamente esta área, mas sim qualquer uma que possa nos abrigar”, declarou o líder do movimento.

Junto com a Coop10, presidentes de mais 13 cooperativas também pedem a atenção do governo. A causa do protesto foi a instalação de postes elétricos na invasão da Estrutural pelo governo, o que foi para os cooperativistas uma afronta.

A secretária de Habitação, Ivelise Longhi, prometeu aos manifestantes que a nova política habitacional trará benefícios aos membros de cooperativas.

Outras cooperativas fizeram reuniões ontem, e os presidentes deverão se reunir no fim da tarde de hoje para decidir se mantêm o protesto em frente ao Catetinho. “A tendência é de continuarmos aqui, mas pode ser que amanhã mesmo já levemos o acampamento”, anuncia Hildo Evaristo. A presidente da Cooperativa Habitacional de Samambaia, Isaura Leal, acredita que, entre líderes e membros das associações, deverá reunir cerca de 3 mil pessoas.